



DISCURSO DE RUI RIO NO ENCERRAMENTO DAS JORNADAS PARLAMENTARES DO PSD

21 de outubro 2020

(Cumprimentos e agradecimentos iniciais)

O tema é o Orçamento de Estado para 2021 e eu começaria a minha análise obviamente pelo mais lógico: este Orçamento de Estado está muitíssimo marcado pela pandemia mas não está apenas marcado pela pandemia. Está, como todos os demais e como tudo na nossa vida, também marcado pelo passado recente, ou seja, por aquilo que foram as opções do Governo nos últimos anos.

E portanto, se nós virmos o ponto de partida em termos de finanças públicas (na exata medida em que costumamos dizer que o nosso futuro já começou, o nosso presente começou lá no passado onde o Governo tomou determinadas opções), nós temos, como todos os países, muitas condicionantes, mas temos uma condicionante muito, muito marcada: Portugal tem um elevado endividamento. Um elevado endividamento público e um elevado endividamento externo. Um elevado endividamento público porquê? Porque o Estado, apesar de ter uma brutal carga fiscal sobre os cidadãos, todo esse dinheiro que recebe não chega e normalmente gasta mais do que aquilo que recebe, faz um défice, tem que pedir emprestado para fazer essa despesa e vai acumulando ao longo dos tempos uma dívida pública. A dívida externa é aquilo que o país deve como um todo, foi aquilo que levou a ter de chamar a troika há uns anos, é quando nós acumulamos saldos negativos da balança de pagamentos, em que sistematicamente importamos mais do que aquilo que exportamos – é quando os políticos normalmente explicam ao povo que “estamos a viver acima das nossas possibilidades”. Portanto, temos um elevadíssimo endividamento externo e público.

Esta é uma condicionante que não é uma responsabilidade única e direta deste Governo, mas também. Mas também porquê? Porque se nós formos analisar o esforço feito por este Governo relativamente à redução do endividamento, basta olhar para três indicadores fundamentais e ficamos conversados.

Se olharmos ao défice público, retiradas as despesas e receitas extraordinárias (aquelas que acontecem num ano e no ano seguinte não se repetem), entre 2010



e 2015 Portugal reduziu esse défice em 6 pontos percentuais do PIB. Entre 2016 e 2019 (estou a retirar o ano de 2020 que é completamente atípico, não era justo aqui incluir), por comparação aos 6 pontos percentuais só reduziu 3,5 pontos percentuais.

Se pegarmos no défice estrutural, entre 2010 e 2015 reduzimos 6 pontos percentuais, entre 2016 e 2019 1,5 pontos percentuais.

Se pegarmos no saldo primário estrutural, entre 2010 e 2015 melhorou 8 pontos percentuais, entre 2016 e 2019 ele não piorou nem melhorou, ficou pura e simplesmente estável.

Por aqui se vê o pequeno esforço que este Governo fez para reduzir o endividamento – e estou a falar do endividamento da dívida pública relativamente ao produto, não o valor da dívida em absoluto – comparativamente àquilo que noutros tempos se fez. Pior ainda, em outro tempo fez-se com uma crise económica, e agora fez-se muito menos num cenário de crescimento económico. Não foi num cenário de grande crescimento económico, porque infelizmente não conseguimos isso há muito tempo, mas foi num cenário de crescimento económico.

Pior ainda: o que foi feito não tem praticamente mérito nenhum do Governo. Porquê? Porque se deve a uma brutal redução dos juros da dívida pública que tem a ver com a política monetária do BCE; porque se deve ao aumento de dividendos do Banco de Portugal (aumento dos lucros do BdP e depois atribuídos ao Orçamento de Estado) que não tem mérito nenhum do Governo mas sim do BCE; deve-se a um enorme aumento da carga fiscal – isso sim, obra do Governo; deve-se à quebra do investimento público – isso sim, obra do Governo; não se deve à redução da despesa estrutural, nem em valor absoluto (o que seria muito difícil) mas em valor relativo ao PIB.

Por isso, se a dívida é grande e infelizmente sempre foi grande, a dívida hoje é maior do que aquilo que devia ser. E, portanto, o nosso nível para enfrentar o problema que temos pela frente é menor, a nossa flexibilidade é menor, porque nos últimos quatro anos a governação não foi verdadeiramente adequada àquilo que devia ser.

Distribuiu-se e não se investiu. E por isso herdamos: dívida mais alta do que aquela que devíamos ter e maus serviços públicos. Já temos falado muitas vezes da forma deficiente como funciona a Segurança Social ou na aventura que é tirar o Cartão de Cidadão. Mas para aquilo que aqui estamos a falar, ou seja o OE2021, falhas de serviços públicos são fundamentalmente as falhas do Serviço Nacional de Saúde.



Portanto, o ponto de partida para lidar com esta pandemia obviamente está condicionado também por aquilo que foram as opções orçamentais e de política económica do Governo nos últimos quatro anos.

Dirão assim: aprendeu isto na Faculdade de Economia do Porto quando andou a estudar. Não, não aprendi isto na Faculdade de Economia onde tirei o curso. Aprendi na instrução primária, quando me contaram a história da cigarra e da formiga. Devem todos ter ouvido essa história nessa altura e perceberam que não se deve fazer assim. Ou seja, a cigarra durante o verão cantou e dançou, e depois quando chegou ao inverno não tinha nada para se sustentar, ao contrário da formiga. Pois bem, este Governo durante o verão, que foi o período de crescimento, cantou e dançou, e agora que vieram as dificuldades tem naturalmente uma tarefa mais difícil pela frente do que aquela que se poderia ter no caso de se ter tomado a atitude mais correta e equilibrada, que era olhar mais para o futuro e menos para o presente.

Entramos no Orçamento para 2021 mais condicionados do que, na verdade, poderíamos ter entrado.

Ainda no quadro das finanças públicas, a minha questão é esta: este orçamento é realista? Eu diria que este orçamento não é realista.

Tem uma taxa de crescimento do Produto de 5,4%. Não sei, nenhum de nós sabe se é realista ou não é, é muito difícil dizer qual vai ser o crescimento do Produto, está muito ligado à evolução da pandemia, ninguém é capaz de o fazer.

Mas há outros indicadores mais objetivos. Primeiro indicador: a Taxa Social Única prevista receber são mais 600 milhões de euros do que em 2019. Com uma taxa de desemprego muito maior, com uma quantidade de empresas em lay-off, em que parte desses trabalhadores infelizmente não conseguirão regressar ao trabalho imediatamente e vão passar direto para o desemprego. Iremos seguramente ter menos TSU e mais subsídio de desemprego. Na vertente do subsídio de desemprego realmente a verba cresceu, talvez possa estar bem ou não. Na vertente da TSU, não vejo como se possa receber mais 600 milhões de euros do que em 2019, quando o estado da economia era completamente outro.

A receita de IRS está 250 milhões de euros acima de 2019. Não é tão exagerado, mas parece-me muito difícil atingir uma receita em 2021 de mais 250 M€ em comparação com 2019.

E finalmente, a receita de IRC está 1,1 mil milhões de euros mais alta do que a receita do ano de 2020. A receita de IRC de 2020 incide sobre os lucros de 2019, a de 2021

incide sobre os lucros de 2020. Como é que o IRC que incide sobre 2020 pode estar 1,1 mil milhões de euros mais alto do que o IRC que incide sobre a atividade económica das empresas do ano de 2019?

É por isso que eu digo que esta proposta de Orçamento não é realista. E arrisco a dizer que muito dificilmente não teremos ao longo de 2021 um orçamento retificativo no caso deste OE passar. Ou, melhor dizendo, o défice de 4,3% do PIB dificilmente será isso, e será mais. E é preciso termos em consciência o que é um défice de 4,3% do Produto. Se o défice fosse zero, como foi nos últimos dois anos na prática, o Governo tinha disponível para o orçamento menos 9,1 mil milhões de euros. É por isso que depois o OE também é apresentado, de certa forma, como é. Eu acho, apesar de tudo, que não terá esses 4,3%, porque tem esta receita da forma que eu estou a dizer.

Para lá disso, há no OE um problema de transparência. Porque mais uma vez há 590 milhões de euros que se evaporam na passagem de um quadro para outro. Isto quer dizer que nos mapas do orçamento estão aprovadas determinadas despesas que se forem realizadas o défice passa para 4,6%, ou então se não forem realizadas estamos a aprovar um orçamento que não corresponde àquilo que é a realidade.

590 milhões de euros é muito? É pouco? Aquilo que é o reforço no SNS são 500 milhões. Aquilo que é o reforço na Educação são 468 milhões. E eu estou a falar de 590 milhões. Portanto, isto é dinheiro e isto tem a ver com a transparência. Não são trocos, é efetivamente dinheiro.

E acresce que este orçamento assenta muito no aumento do consumo público. Prevê-se que cresça 2,4%. Dirão assim: se o Produto vai crescer 5,4% e o consumo público só sobe 2,4%, a coisa até está mais ou menos... É preciso que saibam que o consumo público nos últimos anos cresceu sempre abaixo de 1% e que mesmo no ano de 2020, este ano em que o Estado está a gastar o que sabemos por exemplo no apoio ao lay-off, o Governo prevê que ainda assim o consumo público vá cair 0,3%. Passa de uma queda de 0,3% para um aumento de 2,4%. É por isso que é demasiado sustentado naquilo que é, não o investimento público, mas sim o consumo público.

Portanto, eu encontro neste ponto de vista, desde logo, quatro debilidades neste OE: a incerteza, uma projeção da receita sobreavaliada, o excessivo peso do consumo público e problemas de transparência – e não falei na questão das cativações.

Passando à situação económica. A que situação económica um OE para 2021 tem de responder?

Tem de responder a uma situação caracterizada por um crescente número de falências, por um alargado número de empresas que ainda não abriram falência mas estão numa situação muito difícil e parte delas necessariamente – e infelizmente – irão abrir falência; estamos a falar de um tecido empresarial que estava muito descapitalizado e agora ainda está mais descapitalizado; estamos a falar de uma elevada taxa de desemprego; estamos a falar de setores que estão devastados, designadamente tudo aquilo que direta ou indiretamente tem a ver com o turismo; estamos a falar de regiões que estão devastadas, designadamente do Algarve pela sua dependência do turismo, ou a Madeira, ou outras mais pequeninas que concentrem a sua atividade em áreas mais suscetíveis a esta crise; estamos a falar de uma situação em que os nossos principais parceiros comerciais, eles próprios também estão em crise; e estamos a falar de uma crise sanitária à qual é preciso dar resposta e, em particular, que é preciso dar resposta à falta de resposta do SNS. E temos consciência disso, dito com a maior moderação possível.

Nós temos um nível de infeções que tende a seguir uma progressão geométrica. Se não abrandar, aquilo que nós poderemos vir a ter, infelizmente, é uma economia a parar outra vez, não porque haja uma decisão política como houve em março de dizer “fecha e acabou”, mas porque as próprias circunstâncias para aí podem empurrar. Se de repente houver milhares e milhares de portugueses infetados, mais os milhares e milhares de portugueses que com esses infetados contactaram, nós temos milhares e milhares de português que não estão no ativo a trabalhar durante longo tempo, cerca de um tempo médio de duas semanas para cada um. Ao mesmo tempo que não só não estão a trabalhar como não estão a consumir nos mesmos padrões. Portanto, nós podemos assistir às empresas outra vez numa dificuldade próxima daquilo que seria o encerramento, sem que haja decisão política de encerramento, que em minha opinião dificilmente poderá ser tomada. E ao mesmo tempo temos naturalmente, se assim for, os hospitais numa situação muito difícil de decidir quem é que pode ser tratado no imediato e quem é que vai ter de esperar para ser tratado.

Esta é a situação que nós temos de combater e de evitar, o que é difícil, mas minorar. Este é o quadro. O OE tem que ser elaborado na tentativa de resposta a este quadro económico e com esta vertente da pandemia.

Que objetivos deve prosseguir então o OE para 2021?

Antes de mais, tem um pressuposto: é preparar a segunda vaga da pandemia, que chegou mais cedo e mais forte. Pensava-se que chegaria mais para novembro, chegou mais cedo, em outubro; e pensava-se que chegaria mais fraca e ela está a chegar mais forte do que na primeira vaga. E aí há uma notória falha do Governo na preparação relativamente a esta segunda vaga, ou seja, durante julho, agosto e setembro, o período em que se deveria ter feito essa preparação.

O SNS está beira de esgotar a sua capacidade de resposta à covid, e o SNS está claramente a falhar na resposta a todas as outras patologias que não a covid. Menos consultas, menos cirurgias, um milhão de portugueses sem médico de família e os centros de saúde a falharem na resposta às pessoas. E já não é a falharem às pessoas que se apresentam no centro de saúde. Aquilo que eu ouço – e todos os que estão aqui devem ouvir ainda mais do que eu – de pessoas que se queixam que telefonaram para o centro de saúde e nem sequer atendem o telefone, ou que conhecem quem tenha telefonado e o telefone não é atendido, eu acho isto verdadeiramente inadmissível. Não podemos culpar o Governo de cada vez que se não atende o telefone, mas podemos e devemos culpar o Governo de não atacar forte esse problema, porque é verdadeiramente inadmissível as pessoas ligarem e não serem atendidas com a prontidão que merecem ser atendidas.

Eu penso que tenho a autoridade moral para dizer isto: em março e em abril nós deveríamos desculpar – e desculpámos – praticamente tudo o que o Governo fez de bom e de mau. E é assim que eu faço, por uma razão muito simples: eu se estivesse no lugar do Dr. António Costa em março ou em abril não sei se fazia melhor ou pior, porque o conhecimento que nós tínhamos para lidar com isso não era nenhum. E, portanto, era muito uma questão de sorte. E nós temos de ser honestos, e foi isso que fizemos. Agora, uma coisa era o desconhecimento que todos tínhamos em março e em abril, outra coisa é o conhecimento que já tínhamos em julho relativamente à possibilidade de uma segunda vaga com o know-how que entretanto adquirimos todos.

Não podemos pedir a perfeição, sabemos que é impossível, seja que governo for, resolver pura e simplesmente o problema. Mas sabemos que também é possível ser mais acutilante, programar melhor as coisas e ter o SNS em melhores condições do que aquelas em que agora está, para efeitos do que estamos a falar, que é covid e acima de tudo até também não covid, dado que temos, entretanto, uma taxa de mortalidade que está 9% acima da média dos últimos cinco anos – e eu não posso acreditar que não tenha nada a ver com a falta de assistência que entretanto se está a verificar no SNS.

Do lado da economia eu só sublinho dois objetivos a que este orçamento deve dar resposta. Deve dar a muitos outros, mas vamos ser seletivos.

A primeira prioridade deste orçamento não é aquela que seria a primeira prioridade há um ano, por exemplo. Eu acho que a primeira prioridade é mais emprego. Temos uma taxa de desemprego muito alta, problemas sociais graves derivados dessa taxa de desemprego, a ameaça de uma taxa de desemprego ainda maior, e portanto a primeira prioridade é mais emprego. Onde é que está a solução para mais emprego?



A solução está nas empresas. São as empresas que fomentam o emprego. Bom, há o emprego público. E até há falhas na administração pública e é preciso emprego público, certo. Mas no fim da linha o próprio emprego público é pago pelos impostos que pagam quem trabalha nas empresas e pelas próprias empresas. Elas é que são o motor. O emprego público naturalmente é necessário, precisamos de polícias, de juizes, de médicos... com certeza. Mas o cerne da questão, o motor da economia, está naturalmente nas empresas.

O segundo objetivo é uma pequena nuance para ser coerente com tudo aquilo que temos dito. O segundo objetivo é melhor emprego. Aquilo que eu sempre tenho dito é melhor emprego para melhores salários. Inverti. Porque reconheço que neste momento mais emprego é fundamental. E tanto quanto possível, melhor emprego. Numa ótica de curto prazo, mais emprego. Numa ótica de médio e longo prazo, melhor emprego. E sendo melhor emprego, estamos a falar das empresas também. São elas que podem dar melhores empregos e melhores salários. Só que com uma nuance: melhores empregos e melhores salários dependem fundamentalmente das empresas, empresas exportadoras e empresas que investem, e que exportam produtos de maior valor acrescentado e não de salários baixos. Mais emprego é mais empresas a dar emprego. Melhor emprego é melhores empresas, selecionadas relativamente àquilo que fazem e às suas capacidades nos mercados internacionais.

Estes são os objetivos a que o Orçamento deve dar resposta.

Reforço do consumo sem ter o devido equilíbrio na produção gera défice externo ou inflação, ou inflação e défice externo. Isto é evidente. Ou seja, tem que haver um equilíbrio entre aquilo que é o consumo e aquilo que é a produção. O que o Governo normalmente faz é pôr o consumo à frente sem cuidar de ver e tratar da produção.

Perante esta situação que caminho escolheu o Governo? O Governo escolheu o caminho contrário que é o caminho de sempre. O Governo olha para o presente e esquece o futuro. O Governo faz um orçamento de distribuição para agradar no imediato, esquecendo o futuro.

Não há um apoio significativo às empresas que são as que podem conseguir aquilo que pretendemos como principais objetivos. O tal mais emprego e o tal melhor emprego.

Pior ainda: não há apoio significativo e até há más notícias para as empresas. Já tive a oportunidade de dizer no plenário e dizer em público, porque eu acho que nós devemos estar na vida pública e política com toda a honestidade. Nem que custe dizer as coisas. Eu repito: não acho adequado o aumento do salário mínimo

nacional num momento em que as empresas não conseguem vender e não têm receitas e num momento em que as empresas estão a lutar para não ir à falência e que não têm a capacidade, inclusive, de pagar os salários, porque é o Estado que está a pagar uma parte do salário a muitas delas. Neste enquadramento, é política e economicamente desaconselhável. Eu sempre defendi o aumento do salário mínimo nacional. Sempre. Pode discutir-se se mais um bocado ou menos um bocado, isso sim. Mas quando a taxa de desemprego é baixa e a economia está a crescer, nós temos de forçar a subida do salário mínimo nacional para não privilegiar justamente a competitividade pelos baixos salários. Devemos ajudar e puxar para cima. Mas uma coisa é a taxa de crescimento da economia ser forte e sustentada, e a taxa de desemprego baixinha, que era o que ainda tínhamos há relativamente pouco tempo (não era um crescimento muito forte mas era, apesar de tudo, crescimento), outra coisa é o quadro que nós temos neste momento. E no quadro que nós temos neste momento, as empresas, particularmente as mais pequenas, ou estão com a porta fechada ou estão com a porta aberta mas não entram os clientes, e andam a fazer a ginástica possível. Nós podemos estar a querer beneficiar quem ganha menos, e bem, e estarmos efetivamente a prejudicar quem ganha menos. Este é que é o problema. É preciso coragem para enfrentar isto, não tem nada de popular, quem está na oposição nunca diz isto. Mas é que nós estamos na oposição, mas somos um partido que a qualquer momento pode estar no governo. E quando lá chegarmos temos que ser coincidentes e coerentes com aquilo que estamos sempre a dizer.

Agora, se o Governo for à concertação social e em sede de concertação social conseguir a anuência dos sindicatos e a anuência da entidade patronal para fazer o aumento do salário mínimo nacional, dou um passo atrás e com certeza. Eu ponho a concertação social acima. Se as empresas e os sindicatos acham que há condições, eu ponho acima. Agora, na análise que eu faço, seja no ponto de vista político seja no ponto de vista técnico, eu não vejo condições para se conseguir isso em prol da defesa de todos os trabalhadores, dos que ganham o salário mínimo e dos que são um pouco mais felizes desse ponto de vista e ganham mais que o salário mínimo.

Dirá o Governo: "realmente para as empresas não há nada neste orçamento, mas o que é que quer que eu faça, dava aqui uns trocos no orçamento, quando a gente tem uma 'bazuca', quando vem aí o dinheiro da União Europeia que vai conseguir resolver tudo e mais alguma coisa". Bom, o dinheiro da União Europeia não vem em 2021, porque o dinheiro que vier em 2021 é um dinheiro insignificante para aquilo que nós necessitamos. Virá em 2022 e 2023. E nós temos que ter capacidade de resposta para esta situação dramática do ponto de vista do emprego já, agora, e não aguardar para quando vierem os fundos da União Europeia, que são obviamente fundamentais.



Aquilo que na prática se infere é o costume: o PS sem dinheiro europeu não faz, distribui pura e simplesmente. Ou dito de outra maneira, o PS não quer cuidar da economia e fica à espera de um milagre europeu e da chuva dos milhões em cima da economia. Ela é boa, mas obriga-nos a nós, portugueses, um sentido de responsabilidade e tratarmos da economia, independentemente dessa ajuda fundamental que a União Europeia nos vai dar.

Um orçamento de distribuição com lógica e sem lógica. E mais uma vez, a exemplo do que disse do salário mínimo nacional, repito agora outra que também poderá não ser muito popular, mas é como é: baixar mais uma vez as propinas do ensino superior não faz sentido nenhum. Já baixaram o ano passado ou há dois anos, já estão a baixar outra vez, agora para um patamar em que a propina de um ano no ensino público fica equivalente à propina de um mês no ensino privado. E é socialmente injusto, porque se está a baixar a propina a famílias que têm posses para pagar os estudos dos seus filhos. Não é assim que se faz o reequilíbrio social. A propina deve ter o valor justo em termos de necessidades de financiamento do próprio sistema. E depois aqueles que não têm possibilidades têm de ser compensados em sede de política social. É inadmissível que alguém que tenha vontade e capacidade de tirar um curso não possa tirar porque os pais não têm possibilidade. Mas para resolver esse problema é na política social, não é baixar as propinas também àqueles que têm hipótese de pagar. Não é socialmente justo. Mas aquela ânsia de distribuir tudo, de todo o facilitismo, leva-os até para algo que a esquerda devia ser a primeira a não aceitar, isto que ela própria está a pressionar.

Se olharmos para este orçamento, e se agora aqui eu fizesse uma votação (de braço no ar até), relativamente a determinadas medidas do orçamento nós íamos estar todos de acordo. Com certeza que somos todos a favor do aumento das pensões. De mais creches gratuitas. De menos IVA nos ginásios. De passes sociais mais baratos. De novas prestações sociais. Do aumento do subsídio mínimo de desemprego. De criação do subsídio de pensosidade. Da redução do IVA da eletricidade. Do aumento dos salários mais baixos da função pública. Estamos todos de acordo com cada uma destas medidas individualmente. Não podemos estar de acordo com tudo isto ao mesmo tempo.

Esta é que é a questão de fundo. O Governo atira com estas medidas, uma a uma, porque são populares, que não há coragem para se dizer que é contra. Não, eu não sou contra, eu sou a favor. Agora, não podemos ser a favor de todas ao mesmo tempo. Porque isto leva o défice para lá do que deve ir, ponto um; e porque isto inviabiliza determinadas medidas que eram fundamentais para prepararmos o nosso futuro coletivo, a começar por aqueles que aqui são beneficiados com cada uma destas medidas. Temos de ser seletivos. Podem ser estas, mas temos de ser



seletivos. Quais são as mais importantes e as menos importantes para o momento que estamos a atravessar.

Esta ânsia pela propaganda que o Governo tem - e que um dia sai o tiro pela culatra, como é evidente -, esta obsessão pela propaganda leva até a dizer as coisas de uma forma que induz as pessoas em erro. A forma como anunciaram dá a ideia que vão baixar o IRS aos portugueses. Entretanto todos nós sabemos e percebemos que é uma ilusão, não vão baixar nada, os portugueses vão pagar exatamente o mesmo IRS. Efetivamente, em janeiro de 2021, se o orçamento for aprovado, vão receber mais uns troquinhos todos os meses. Mas no ano seguinte, o dinheiro que receberiam não receberão, ou se não recebiam dinheiro vão ter que pagar. Isto é uma ilusão que não vale a pena vender dessa forma. Eu estive com muito cuidado a ver a forma como eles venderam esta ideia. Tiveram cuidado, é difícil dizer que eles mentiram, mas a forma como fazem induz as pessoas a pensarem que há uma redução do IRS. Não há redução nenhuma do IRS, no limite dos limites até há um aumento pelos 0,7% de inflação, do índice dos preços ao consumidor, que se prevê que exista em 2021.

Portanto, vamos marcar aqui uma diferença. Uma diferença difícil de marcar, mas é das que eu mais gosto de marcar. O PSD é mais responsável na oposição do que o PS no Governo. Normalmente isto é ao contrário. Normalmente quem está no governo cuida com muito cuidado daquilo que faz, e quem está na oposição pede cada vez mais e mais e mais e mais... Eu estou a dizer o contrário. Porque quero fazer aquilo que é possível fazer, aquilo que tenho a certeza que conseguia fazer se estivesse no lugar deles, porque assim é que é honesto, e não porque não é nada comigo porque não sou eu que vou fazer, pôr-me aqui a pedir aquilo que é impossível pedir. Faço exatamente ao contrário. Para que as pessoas saibam como nós estamos e como o PS está. E repito: nós na oposição e eles no poder.

E, então, que caminho o país deveria seguir se seguisse aquilo que o PSD entende que deve seguir? Para isso vamos recuperar os documentos que entretanto publicámos. Publicámos em abril um/dois documentos de resposta imediata à crise na vertente económica e na vertente social. São documentos que neste momento estão relativamente ultrapassados porque eram medidas imediatas. Depois, apresentámos em fins de maio o programa de recuperação económica. E agora apresentámos uma evolução desse programa, que é o programa de recuperação económica mas agora na ótica dos fundos que Portugal vai ter vindos da União Europeia.

Eu punha três objetivos mais ou menos transversais.



Em primeiro lugar, quebrar o ciclo de fraco crescimento económico que o país tem apresentado. O PIB de 2020 é praticamente igual ao PIB de 2001, é 3% mais alto, em vinte anos é quase nada, estagnamos. No século XXI, a economia portuguesa estagnou. Um objetivo estratégico tem que ser acabar com isto. Temos que ter taxas de crescimento que potenciem mais riqueza e melhores condições de vida para as pessoas.

Reforçar a competitividade da economia. Que no fundo é dizer reforçar a competitividade das empresas. Mas não só. Porque naturalmente se os serviços públicos não forem eficazes, eles próprios prejudicam a competitividade e a produtividade das empresas. Mas as empresas naturalmente à cabeça.

E reforçar a classe média. Há uma marca nesta governação do PS que é uma marca sobretudo do PC e do Bloco de Esquerda: aumentaram, e bem até à data, o salário mínimo nacional, o problema é que como não melhoraram os salários em Portugal, neste momento o salário mínimo nacional e o salário médio estão a começar a encostar. E esta é que é a marca ideológica do PC e do Bloco de Esquerda, que é nivelar tudo por baixo. Eu lembro-me que a seguir ao 25 de Abril, em que se discutia acaloradamente a ideologia, dizia-se com alguma certeza e alguma piada, que "o Partido Comunista quer acabar com os ricos, nós queremos acabar com os pobres". Porque o problema não é haver ricos, o problema é haver pobres.

Este orçamento está adaptado às circunstâncias, mas a sua filosofia de base é igual àquilo que foram os outros orçamentos. O nosso seguiria caminhos diferentes, como agora disse, com objetivos diferentes. Nós olhámos ao alívio da carga fiscal das empresas. Ao alívio da carga fiscal sobre as pessoas, designadamente a classe média. Ao apoio à capitalização das empresas. À redução da burocracia fiscal. Ao apoio à exportação e à captação de investimento. Uma distribuição justa e com critério e não "a torto e a direito". E à redução da despesa estrutural.

E que fique claro para não haver demagogia nenhuma. Eu tenho plena consciência da dificuldade que o País vive e com isto não estou a dizer, nem um bocadinho, que fazíamos um grande alívio da carga fiscal. Não fazíamos porque não é possível. Agora, é possível uma coisa: mudar de caminho e começar nesse sentido embora lento porque as possibilidades que temos é lento, ou não mudar de caminho e insistir no mesmo erro.

E é isto que está aqui em causa. Ninguém vem vender banha da cobra. Ninguém vem dizer que baixava brutalmente os impostos não o podendo fazer. Mas digo que baixaria na medida das possibilidades, indicaria um caminho diferente para que amanhã pudesse ser de outra maneira e não insistia, ainda mais agravado talvez,



naquilo que o Governo está a fazer neste momento, que é na prática um orçamento com a marca do PS mas fundamentalmente, não para recuperar o País, mas para agradar ao Partido Comunista e ao Bloco de Esquerda, sendo que o Bloco de Esquerda ainda acha pouco tudo aquilo que é o esforço para agradar.

E chegamos ao fim. E o fim obriga ou a votar contra, ou votar a favor ou a nos abstermos.

Nós mostrámos responsabilidade sempre durante a pandemia. O PSD seguiu o princípio (eu ia dizer que eu sigo desde que sou líder do PSD, o que é completamente mentira, porque eu sigo desde que estou na vida pública e já vão muitos anos, começou ainda antes da revolução do 25 de Abril, na altura seguia primeiro o interesse coletivo, hoje nas funções que estou, primeiro Portugal, é a mesma coisa adaptada aos tempos e aos cargos que vamos tendo), nós seguimos esse princípio no combate à pandemia logo no princípio. Nós colaborámos com o Governo, nós defendemos o próprio Governo sem demagogia. Eu lembro-me de haver uma tarde no Plenário em que os outros partidos apresentaram numa tarde cem propostas para a gestão da pandemia. Votámos contra todas, votámos contra algumas que até podíamos estar de acordo, eu poderia estar de acordo se me apresentassem quatro, cinco ou seis, agora apresentar cem e condicionar um governo seja ele qual for, no meio daquela confusão com mais cem propostas, ninguém se entendia. Era um mal para o País. Mas a maior parte dos partidos não se importou. Põe a proposta para depois vir cá para fora dizer que propunha subida disto ou a descida daquilo. Não é a minha forma de estar na política.

Nós fizemos aquilo que nos competia. Aprovámos o Orçamento Suplementar dizendo que se não tiver nenhuma monstruosidade, e não tinha, o País precisa e passa.

A situação atual é uma situação grave. A situação atual é eventualmente mais grave do que era em abril. A única vantagem que temos é que agora temos algum conhecimento que não tínhamos em abril. E as reivindicações do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista só dificultam a feitura de um orçamento adequado àquilo que Portugal precisa.

Não é o nosso orçamento, tal como fica evidenciado daquilo que eu acabo de dizer. Mas, pelo interesse do País e na mesma linha de raciocínio que sempre tivemos nós até nos poderíamos abster neste orçamento. Por causa da pandemia. Por causa da Presidência Portuguesa que se inicia no dia 1 de janeiro. Porque o Presidente da República está com os seus poderes diminuídos e nem sequer pode dissolver o Parlamento. Porque temos necessidade de recuperar a economia e otimizar as ajudas da União Europeia.



Até podíamos fazer isso. Só que o primeiro-ministro disse que o seu projeto é com o PC e o Bloco de Esquerda, e que no momento em que precisasse do PSD para aprovar o orçamento o seu Governo terminava nesse momento.

Ora, assim sendo, se o orçamento é mau, se não combate o desemprego, se não apoia as empresas e até dificulta, se distribui o que tem e o que não tem com fraca lógica e fraco critério, se não dá sinais à classe média, se tem défice de transparência, se pré-anuncia um retificativo por ter a receita sobrestimada, se nada faz pela reforma da administração pública para combater o desperdício e a ineficiência, e se o voto do PSD não serve nem para evitar uma crise política, então o PSD só pode votar contra porque esse é que é o voto coerente com aquilo que devemos fazer.

Não podemos demonstrar mais boa vontade para com o País e para com a ajuda até ao próprio Governo do qual somos oposição. Temo-la demonstrado, temos essa disponibilidade em nome do País. É objetivamente o primeiro-ministro que diz: não, é doutra maneira. Se é "não, é de outra maneira" estamos livres. Estamos livres para votar contra um orçamento que se esforça por agradar ideologicamente ao Partido Comunista e ao Bloco de Esquerda, que esquece o futuro e que manifestamente não é um orçamento que visa a recuperação económica de Portugal.

Muito obrigado.